

Maria Ioannis Baganha
José Carlos Marques
Pedro Góis

O Sector da Construção Civil e Obras Públicas em Portugal: 1990-2000¹

0. PREAMBULO

O presente relatório tem dois objectivos interrelacionados. Primeiro, procura rever os principais estudos que se têm realizado sobre a construção civil e obras públicas em Portugal. Segundo, pretende-se, com base na revisão da literatura e nos dados recolhidos junto de organismos oficiais (nomeadamente o INE e o MESS), apresentar uma breve panorâmica sobre a evolução e o estado actual do sector, assim como sobre a sua possível evolução no curto e médio prazo.

Quanto ao primeiro objectivo é de assinalar a discrepância entre a importância que o sector da construção civil e obras públicas reconhecidamente tem na economia nacional e os estudos que a ele são dedicados. A pesquisa bibliográfica realizada permite categorizar os estudos sobre a construção em três tipos:

- a) estudos de natureza prospectiva: por exemplo, António Manzoni Sequeira (2001);
- b) estudos sobre a relação da construção com outras variáveis sociais (com o ambiente, ou com a investigação e desenvolvimento): por exemplo, Fernando Branco, e Adriana Garcia (2000);
- c) estudos de caracterização geral do sector: por exemplo, Jorge Lopes, e Artur Bezelga (2000);

Em geral, os estudos sobre a construção civil e obras públicas são relativamente recentes, podendo registar-se um crescimento acentuado da bibliografia sobre o sector após 1990. A maioria destes estudos são financiados e/ou realizados pelas Associações do Sector e por organismos governamentais ou por encomenda de qualquer um deles. Trata-se de estudos em que predomina a

¹ Pemint, Relatório 1-P European Commission, 5th Framework Programme Improving Human Potential and Socio-Economic Knowledge Base Key Action for Socio-Economic Research (Contract No. HP-CT – 2001 – 00059)

perspectiva descritiva baseada em dados quantitativos e em que a análise da situação do sector, da organização e estratégia das empresas de construção e a sua relação com a introdução de novas tecnologias, assume um lugar de destaque. Muitos destes estudos descritivos ressentem-se da insuficiência de dados estatísticos e, frequentemente, da fraca qualidade destes dados. Tal é particularmente evidente quando é analisado o emprego na construção civil e obras públicas, onde as estatísticas oficiais não conseguem captar uma parte substancial do emprego, nomeadamente aquele que se realiza na economia informal.

O relatório que se segue tem por base os estudos referidos, apoiados na recolha de dados estatísticos disponíveis. Mais do que uma análise aprofundada do sector, pretende-se apresentar um texto que sumarie a evolução do sector, o seu estado actual e as principais linhas de evolução futura. Neste sentido, parte-se de uma caracterização sectorial descrevendo os seus principais indicadores com especial incidência no emprego e perspectiva-se a sua evolução. Apresenta-se ainda uma bibliografia temática e um sumário dos principais estudos existentes em Portugal (1990-2000) no sector da Construção Civil e Obras Públicas.

1. INTRODUÇÃO

A indústria da construção em Portugal, à semelhança do que acontece em outros países, tem importância significativa no conjunto da economia nacional. O sector da Construção Civil e Obras Públicas (CCOP) é um sector muito diferenciado dos outros sectores de actividade, quer em termos produtivos, quer em termos de mercado de trabalho. Trata-se de um sector que apresenta uma cadeia de valor muito extensa, porque recorre a uma ampla rede de *inputs*, proporciona o aparecimento de externalidades positivas às restantes actividades e gera efeitos multiplicadores significativos a montante e a jusante (Nunes, 2001: 7). A construção é uma actividade económica com especificidades próprias, caracterizada por uma grande diversidade: de clientes, com uma procura que vai do Estado ou das Autarquias ao particular que pretende auto-construir, das grandes empresas multinacionais aos pequenos promotores tradicionais; de projectos, onde cada obra apresenta, geralmente, características diferentes, o que dificulta o desenvolvimento de produtos e processos de fabrico standardizados; de produtos, que cobrem tanto a habitação tradicional como obras mais complexas, por exemplo, estradas, edifícios inteligentes ou barragens; de operações produtivas, onde o produto final resulta da interacção entre várias especialidades com graus diferenciados de exigência e tecnologia; de tecnologias, em resultado da intervenção numa empreitada de diversas especialidades e da coexistência de tecnologias de produção novas com as

antigas; de unidades produtivas, em que empresas com grandes meios e capacidades e tecnologicamente evoluídas laboram a par de empresas com um aproveitamento limitado das tecnologias disponíveis e com utilização abundante do factor mão-de-obra (Afonso, *et al.*, 1982).

O impacto do Sector da Construção no Produto faz-se sentir, quer a montante, nas empresas de materiais e de equipamentos de construção (por exemplo, maquinaria diversa, cimento, aço, vidro, tintas, plástico, janelas, portas, cabos, aparelhos de aquecimento e ventilação, etc.) e de serviços (de consultoria, arquitectura, engenharia, de transportes, etc.), quer a jusante, nas empresas de equipamento (mobiliário, equipamento doméstico e material de escritório, etc.) e de serviços (abastecimento de energia, manutenção e decoração, seguros, serviços jurídicos, etc.). Consequentemente, a actividade da construção tem um importante impacto sobre o Emprego, ao ponto de se estimar que cada emprego directo criado pelo Sector da Construção gera 3 postos de trabalho no conjunto da economia, não incluindo o impacto induzido pelo efeito multiplicador do investimento adicional em construção sobre o rendimento agregado (Afonso *et al.*, 1998: 22).

A procura dirigida a este sector depende directamente do grau de desenvolvimento da economia, da conjuntura económica e do montante das despesas públicas, ou seja, mais do que, em qualquer outro sector de actividade, a sua evolução depende do montante e das fases de investimentos em outros sectores. Estamos, pois, perante uma actividade tendencialmente pró-cíclica, ou seja, expansões mais marcadas que a economia global em fases positivas do ciclo e recessões mais profundas em períodos negativos, sendo, por isso mesmo a sua dinâmica frequentemente considerada como um dos principais indicadores de uma economia, ou um dos seus barómetros. Nos últimos anos em Portugal este sector tem apresentado um forte dinamismo motivado quer pela execução de grandes projectos, designadamente a Expo 98 ou a ponte Vasco da Gama, e o conjunto das infra-estruturas de transportes em construção (e.g. Metro do Porto, expansão do Metro de Lisboa, novas auto-estradas - obras apoiadas significativamente pelos fundos comunitários de que Portugal tem beneficiado), quer pela aceleração da actividade económica e da descida das taxas de juro nominais que incentivaram a construção e compra de habitação.

Com a adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986, Portugal beneficiou de importantes fundos estruturais (e.g. FEDER), para promover o desenvolvimento das suas infra-estruturas, o que levou a um forte desenvolvimento do sector da construção civil e obras públicas sobretudo durante a década de 90. Tal situação teve importantes reflexos quer na estrutura e modo

de funcionamento das empresas do sector, quer na evolução do tipo e volume de emprego no sector. Complementarmente, a queda do muro de Berlim e consequente reunificação alemã, a implementação progressiva de liberdade de circulação dos cidadãos de Estados membros da União Europeia (UE) após 1992 ou o alargamento da UE a novos Estados (1995) criaram condições para o desenvolvimento de fluxos migratórios motivados pela evolução económica do sector CCOP na União Europeia. Ao nível dos movimentos migratórios portugueses, por exemplo, verificou-se simultaneamente a manutenção de um fluxo constante de imigrantes dos países africanos de língua oficial portuguesa (Palop) para Portugal e a saída de trabalhadores portugueses para outros países europeus (nomeadamente a Alemanha), geralmente ao serviço de empresas portuguesas. Com base neste novo contexto institucional as empresas portuguesas do sector alargaram, num curto intervalo de tempo, o seu espaço de actuação do território nacional para o conjunto dos países da CE, o que as conduziu à adopção de novas políticas de contratação de mão-de-obra e ao recurso, aparentemente de forma indiferenciada, quer ao mercado formal, quer ao mercado informal como espaços de desenvolvimento económico (Baganha e Cavalheiro, 2001).

Em termos de emprego esta conjuntura implicou dois tipos de desenvolvimentos. Por um lado, a necessidade de uma maior competitividade empresarial levou a que a estratégia empresarial preferencial passasse por um *downsizing* e por uma externalização das funções produtivas consideradas não essenciais ou *outsourcing*, isto é, diminuíram os seus quadros de pessoal e adoptaram uma política que implicou passar a sub-empregar as diversas fases de realização das obras, reservando para o empreiteiro geral e para o dono da obra uma função de coordenação geral. Em termos da distribuição da mão-de-obra disponível no sector, este facto implicou um redimensionamento dos quadros das grandes e médias empresas, que reduziram o seu quadro de pessoal, e um aumento do número de pequenas empresas que passaram a funcionar como subempreiteiras (ou subcontratadas) das primeiras. Por outro lado, as necessidades de mão-de-obra implicaram um processo de novos recrutamentos de pessoal não qualificado ou semi-qualificado, sobretudo por parte de pequenas e médias empresas (PME). Perante condições remuneratórias pouco atractivas no mercado formal, este recrutamento fez-se, sobretudo, no mercado informal com condições salariais mais atractivas (mas menores remunerações sociais) que seduziram um conjunto diversificado de trabalhadores, designadamente trabalhadores nacionais e trabalhadores migrantes, quer dos tradicionais países fornecedores de mão-de-obra para o mercado de trabalho português (e.g. Palop), quer de países recém chegados ao mercado internacional de mão-de-obra (e.g. países do leste europeu). Em Portugal estas contratações ocorreram quer directamente –

contratando trabalhadores para os seus quadros- ; quer através de firmas de cedência temporária de mão-de-obra; quer sub-empregando a outras empresas partes ou tarefas numa obra. Esta estratégia permitiu às grandes empresas portuguesas enviar para as empreitadas nos países da CE a mão-de-obra dos seus próprios quadros e/ou colocar em sub-empregadas no exterior mão de obra propositadamente contratada para o efeito ao mesmo tempo que asseguravam ou mantinham a sua carteira de encomendas em território nacional.

De todos estes factos, resulta que a estrutura e composição do sector CCOP actual difere significativamente da estrutura do sector CCOP no início da década de 90, assistindo-se ao surgimento de novos actores, ao aumento da escala dos negócios e à diversificação e internacionalização da mão-de-obra sectorial. As mudanças contudo não se tornam imediatamente visíveis quando analisamos os dados oficiais deste sector, uma vez que, de entre as suas características principais, poucas foram as que mudaram de uma maneira radical e, sobretudo, formal para que possam ser imediatamente reconhecidas.

2. CARACTERIZAÇÃO DO SECTOR: 1990-2000

Tradicionalmente o sector da construção, em Portugal, tal como nos restantes países da UE, assenta numa estrutura empresarial onde predominam as pequenas empresas (um estaleiro por cada obra), muitas vezes não especializadas, recorrendo, com frequência, a sub-empregadas. A par, existe um conjunto de outras empresas de maior dimensão (1%), detendo cerca de 40% do mercado e 20% da mão-de-obra. De acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas (INE), no ano de 1995, existiam em Portugal 30.404 empresas classificadas no Sector da Construção, das quais 20.492 empregavam até 4 trabalhadores, num total de 41.543 pessoas, apresentando, nesse ano, 312,5 milhões de contos de volume de negócios. No extremo oposto em termos de dimensão, as 225 empresas com 100 e mais pessoas ao serviço empregaram, nesse ano, 60.636 pessoas e apresentaram um volume de negócios de 855,0 milhões de contos (cf. Quadro 1 e 2).

A estrutura empresarial do sector da construção é muito ampla e diversificada englobando grandes empresas multinacionais, empresas regionais, empresas especializadas e empresários em nome individual. No seu conjunto, segundo os dados do INE (1996), perfazem um total de 68.800 empresas. De acordo com a mesma fonte, em 1999, esse valor tinha-se reduzido para 64.308 empresas de pequena, média ou grande dimensão. Conforme é possível verificar pelo quadro 2, a estrutura empresarial do sector da CCOP português caracteriza-se, à semelhança do que sucede na

maioria dos países europeus, pela predominância de pequenas empresas (até 19 empregados). Estas pequenas empresas empregavam, em 1997, aproximadamente 60% das pessoas a trabalhar no sector. As grandes empresas (mais de 100 empregados) apesar de representarem menos de 0.5% do total, são responsáveis pelo emprego de 20% dos efectivos do sector. Comparando os valores de 1995 com os de 1997, é possível constatar que as empresas com menos de vinte trabalhadores representavam 93% de todas as empresas em 1995, enquanto em 1997 esse valor era de 97.1%. As empresas com 20 ou mais trabalhadores eram responsáveis por, respectivamente, por 40% e 45% de todo o emprego na construção (Lopes e Bezelga, 2000). A diminuição do tamanho médio das empresas (em termos de pessoal ao serviço) é, também, verificável através da análise dos Inquéritos feito pelo INE a um painel de empresas. Entre 1990 e 1998, o número médio de trabalhadores por empresa passou de 9 para 7, o que é um claro indício da crescente atomização do tecido empresarial da CCOP.

Quadro 1 **Importância da Dimensão Empresarial (%)**

	Grandes Empresas		PME
	1990*	1995	1995
Empresas	1	1	99
Volume de Emprego	31	21	79
Volume de Negócios	39	39	61

Fonte: INE, Anuário Estatístico de Portugal; *INE, Estatísticas das Empresas de Construção e Obras Públicas

Quadro 2 **Estrutura das Empresas de CCOP**

	Até 19		20-99		100 e mais	
	Empresas	Pessoal ao serviço	Empresas	Pessoal ao serviço	Empresas	Pessoal ao serviço
1998	66,696	175,817	1,786	65,198	236	65,392
1999	62,407	193,561	1,683	64,763	218	65,237

Fonte: INE, Anuário Estatístico de Portugal (vários anos)

À escala europeia as maiores empresas de construção portuguesas apresentam uma força reduzida, o que justifica a fraca presença destas empresas no estrangeiro e a crescente concorrência sentida no mercado nacional (Afonso, *et al.*, 1998: 10). Um outro aspecto a referir é o da repartição das empresas por tipo. Conforme é possível constatar no quadro 3, entre 1993 e 1998 verifica-se um aumento quer dos empresários em nome individual (aumento de 36.3%), quer das sociedades de CCOP (aumento de 48,7%).

Quadro 3

Repartição de Empresários em Nome Individual (EI) e Sociedades (SO)

	EI	Taxa de crescimento (%)	SO	Taxa de crescimento (%)	Total	Taxa de crescimento (%)
1993	135,819	-	18,695	-	154,514	-
1994	146,953	8.2	20,925	11.9	167,878	8.6
1995	157,206	7.0	23,038	10.1	180,244	7.4
1996	171,494	9.1	24,018	4.2	195,512	8.5
1997	172,639	0.7	25,718	7.1	198,357	1.5
1998	185,086	7.2	27,799	8.1	212,885	7.3

Fonte: INE, Anuário Estatístico de Portugal (vários anos)

Desde 1995 o peso das PME (registadas) tem-se mantido constante, assim como o emprego e o volume de negócios, já que, como foi dito, em virtude do grande volume de financiamento, se está a analisar um período de conjuntura muito favorável para o sector. Em períodos menos expansionistas, estas variáveis conheceram alguma contracção. Sendo o mercado das empresas portuguesas, o mercado regional ou nacional, estando a economia portuguesa a passar por uma conjuntura favorável à construção e esperando-se para 2006 uma contracção do mercado interno, poderá afirmar-se sem receios que se torna necessária uma adaptação da dimensão empresarial através da modernização das empresas. Essa modernização deverá ter necessariamente por base critérios de qualidade (e.g. passando pela antecipação das exigências dos clientes) e investimentos ligados às novas tecnologias, novas técnicas, novos materiais e ao planeamento articulado das obras entre os diversos intervenientes o que, no presente, parece nem sempre existir.

A mão-de-obra a laborar nestas empresas tem características específicas, as quais constituem um dos grandes estrangimentos do sector CCOP. Neste tipo de actividade a maioria das empresas ainda é mão-de-obra intensiva e caracteriza-se pelos seguintes aspectos principais:

- peso elevado de mão-de-obra masculina, jovem, em alguns casos ilegal, clandestina ou sem contrato;
- mais de metade dos trabalhadores com uma qualificação nula ou incipiente (qualificação quer escolar quer profissionalizante);
- elevada precariedade de emprego;
- elevada rotatividade (mais de 70% dos trabalhadores tem menos de 4 anos de antiguidade na empresa);

- remunerações inferiores à média nacional;
- elevada sinistralidade, motivada por deficientes condições de segurança no trabalho.

Outra das condicionantes deste sector tem a ver com o facto de exercer a sua actividade num quadro estrutural de trabalhos cíclicos, o que proporciona a existência de múltiplas empresas mas, na sua maioria, com um número reduzido de pessoas no quadro de pessoal e com grande rotatividade de trabalhadores. Esta abundância de mão-de-obra é uma das razões principais do fraco investimento em formação realizado pelas empresas de CCOP. Para as empresas, não é economicamente vantajoso formar pessoas que rapidamente se transferem para outra empresa. Os trabalhadores deste sector também não se sentem motivados para trocarem os benefícios imediatos que advêm do exercício da sua actividade pelos potenciais benefícios que poderão advir do investimento em formação não remunerada. Como consequência, a produtividade da mão-de-obra do sector é difícil de avaliar, dado que emprega, ainda, um volume significativo de mão-de-obra, flutuante e/ou informal não contabilizável. No entanto, dado o baixo nível de qualificações, associado a um deficiente dimensionamento da tecnologia (i.e. de tecnologia não adaptada às necessidades), a uma fraca inovação nos métodos de trabalho utilizados, a uma deficiente qualidade dos projectos, a uma ausência de standardização assim como de uniformização e normalização de produtos e a uma deficiente gestão de stocks, os dados disponíveis parecem sustentar que a produtividade gerada pelo sector é, em geral, menor que a média nacional (cf. quadro 4).

Quadro 4
O sector da CCOP na Economia Nacional

Indicadores	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
1. VAB (10³ contos)											
Total Nacional (A)	9,156,371	10,534,193	11,774,460	12,516,654	13,461,829	14,506,946	14,977,300	16,122,600	17,340,600	18,438,800	19,768,900
Construção (B)	584,629	657,044	742,347	791,697	856,129	972,874	1,066,600	1,237,700	1,327,300	1,427,000	1,557,200
(B) / (A) (%)	6.4	6.2	6.3	6.3	6.4	6.7	7.1	7.7	7.7	7.7	7.9
2. FBCF (10³ contos)											
Total Nacional (A)	-	-	3,191,440	3,139,621	3,432,227	3,734,411	3,993,581	4,726,724	5,268,783	5,710,929	6,334,066
Construção (B)	-	-	1,530,559	1,591,240	1,701,091	1,898,756	2,133,946	2,538,948	2,725,513	2,933,741	3,250,250
(B) / (A) (%)	-	-	48.0	50.7	49.6	50.8	53.4	53.7	51.7	51.4	51.3
3. EMPREGO											
Total Nacional (A)	4,496,000	4,630,800	4,340,700 ^a	4,255,200	4,251,500	4,225,100	4,250,500	4,331,800	4,738,800 ^a	4,825,200	4,908,500
Construção (B)	-	-	346,200 ^a	340,200	330,800	340,300	343,100	388,400	516,700 ^a	540,900	593,500
(B) / (A) (%)	-	-	8.0	8.0	7.8	8.1	8.1	9.0	10.9	11.2	12.1
4. Produtividade e x 10³ contos^b											
Total Nacional (A)	2037	2275	2713	2941	3166	3433	3524	3722	3659	3821	4027
Construção (B)	-	-	2144	2327	2588	2859	3109	3187	2569	2638	2624
(B) / (A) (%)	-	-	79.0	79.1	81.7	83.3	88.2	85.6	70.2	69.0	65.2

Fonte: INE, Anuário Estatístico; Inquérito ao Emprego (vários anos), GEPE com base no INE – Contas Nacionais SEC79 e Contas Nacionais Trimestrais SEC79

Notas: ^a Nova série; ^b O conceito de produtividade é obtido (VAB/Emprego)

3.1. Importância económica e sua evolução

O sector da CCOP encontra-se entre os sectores de produção com maior importância económica na União Europeia (UE 15), representando, em 1996, 10% do Produto Interno Bruto (PIB) e 60% da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). Porém, nos EUA e no Japão o peso da CCOP no PIB é ainda superior, atingindo cerca de 11% e 18% respectivamente (Nunes, 2001: 7). Em Portugal o CCOP representava em 1996 7% do PIB, 9% do Emprego e 52% da FBCF. As taxas de crescimento do produto deste Sector, tendo como referência a FBCF em Construção, têm ultrapassado largamente, nos anos mais recentes, a evolução do Produto Interno Bruto (PIB), sendo o diferencial acumulado das taxas de crescimento anuais, no período 1990-1996, superior a 14 pontos percentuais, a favor do Sector da Construção.

A indústria da construção em Portugal, à semelhança do que acontece nos outros países, tem elevada importância no conjunto da economia. A taxa de crescimento do Valor Acrescentado Bruto (VAB) da Construção apresentou, no período 1994-1999, um comportamento evolutivo mais favorável que o total nacional (cf. quadro 4), com destaque para o ano de 1997, onde a diferença é bastante acentuada (VAB da construção aumenta 16%, enquanto o VAB total aumenta 7,6%). Em 1999, registou-se uma aproximação das evoluções, dado o comportamento menos positivo da carteira de encomendas do sector, sobretudo ao nível da engenharia civil. Em 2000 a actividade no sector da CCOP apresenta uma ligeira aceleração em relação ao ano anterior (aumento de 9,1%). Deve, no entanto, ter-se em atenção que esta evolução não é homogénea nos diferentes subsectores da construção. Assim, de acordo com o Inquérito Mensal de Conjuntura à Construção e Obras Públicas realizado pelo INE, o subsector das obras públicas tem registado, sobretudo nos últimos anos, um dinamismo superior ao do subsector da construção residencial. Neste último subsector, tem-se vindo a registar, desde 1999, uma desaceleração motivada pela “subida nas taxas de juro, o nível de endividamento atingido anteriormente, as alterações ocorridas no regime de crédito bonificado e ao menor optimismo face à evolução da situação económica” (Banco de Portugal, 2000: 141). Esta evolução diferenciada é, igualmente, possível de constatar pela análise dos números de obras públicas adjudicadas e das licenças concedidas para a construção de novos fogos de habitação. Enquanto as obras adjudicadas registam um crescimento significativo a partir do último trimestre de 1999, a concessão de licenças registam uma desaceleração progressiva desde essa mesma data (Banco de Portugal, 2000).

Produtividade

Medir a produtividade no Sector da Construção, entendida como a relação entre o Valor Acrescentado Bruto (VAB) e o número de trabalhadores, é, de acordo com múltiplas fontes, um exercício meramente teórico, nomeadamente pela impossibilidade de estimar o volume efectivo de emprego e de avaliar com algum rigor o peso da mão-de-obra informal ou clandestina; pela heterogeneidade do Sector, pela diversidade de produtos e das condições de produção nos vários segmentos de actividade; pela fragilidade do aparelho estatístico que se revela incapaz de apurar com algum rigor o Valor Bruto da Produção e o VAB do Sector (Afonso, *et al.*, 1998: 38). Ainda assim, a partir de uma análise macro dos números apresentados é possível inferir que a produtividade do sector CCOP tem registado oscilações não muito significativas ao longo dos últimos anos. Comparando a produtividade do sector da CCOP com a produtividade total é possível constatar que a produtividade deste sector é, aproximadamente, 30% inferior à total. Este valor é particularmente significativo, uma vez que ele surge após um período em que se assistiu a uma maior convergência (entre 1992 e 1996) entre a taxa de produtividade total e a taxa de produtividade do sector da CCOP.

Tendo como fonte de comparação os índices de custo de construção da UE (12) em 1990 e dos diferentes países a preço de mercado (PM) e tendo em conta o índice da paridade poder de compra (PPC) o estudo do IAPMEI (1998) mostra como em 1990, a preços de mercado, os custos da construção em Portugal estão 35% abaixo do observado para a média comunitária, no caso dos edifícios, e são inferiores em aproximadamente 55% em matéria de obras públicas. Se corrigirmos os preços de mercado pelo índice de paridade do poder de compra verificamos que o custo da construção de edifícios em Portugal é exactamente igual ao custo médio dos doze países considerados da União Europeia, não se observando grandes discrepâncias entre os países considerados no estudo (UE 12 excepto Luxemburgo).

Ora, dado o conjunto de tecnologias disponíveis no sector a nível global, seria de esperar que, no caso português, um país com baixos salários, se optasse por métodos produtivos com forte recurso à mão-de-obra, obtendo pela via da mão-de-obra intensiva (ao invés de pela via tecnológica) uma redução dos custos globais. Neste contexto, deveríamos assistir a uma relação directa entre os custos da construção e os custos da mão-de-obra o que, surpreendentemente, parece não acontecer no caso português. Como os custos da mão-de-obra representam geralmente entre 33% e 50% dos custos globais da construção, estamos perante uma situação surpreendente,

que indicia que a produtividade da mão-de-obra em Portugal, a exemplo do que ocorre em outros países com baixos salários, é de tal forma reduzida que aparentemente anula todas as vantagens associadas aos custos menores do factor trabalho. Por outras palavras, o recurso a mão-de-obra intensiva e a baixos salários não equivale a um factor de competitividade na indústria da construção em Portugal (Afonso, *et al.*, 1998: 38).

No entanto, esta vertente da mão-de-obra intensiva a baixos custos parece ter efeitos particularmente perversos. As conclusões do estudo já citado levado a cabo por uma equipa do IAPMEI conclui que as remunerações muito baixas praticadas pelo sector se revelam contraproducentes a vários níveis afirmando mesmo que “custos salariais excessivamente baixos se revelam antiprodutivos e acarretam um aumento global do custo”. Para estes autores os baixos custos de mão-de-obra constituem um inconveniente porque desencorajam a utilização de novas tecnologias, geradoras de maior valor acrescentado, o recurso à pré-fabricação ou a criação de empregos qualificados e a formação profissional, revelando-se um obstáculo aos acréscimos da produtividade e da qualidade do produto final. Apresentando como “vantagem comparativa” os baixos salários, a indústria da construção civil só atrai os operários menos qualificados ou menos competentes, a rotação do pessoal torna-se muito significativa e os trabalhadores mais competentes emigram para outras regiões, onde os salários são mais elevados, ou para outros sectores de actividade onde as condições remuneratórias sejam superiores. (Afonso *et al.*, 1998: 38).

3.2 A actividade Produtiva em Portugal

A estrutura da construção em Portugal é significativamente diferente da do conjunto dos restantes países da Europa. Os segmentos com maior peso na estrutura produtiva, em Portugal, são o residencial e a engenharia civil, enquanto, na Europa Ocidental, predomina a manutenção e a recuperação, diferenças estas que caracterizam estádios de desenvolvimento económico distintos, correspondendo, de algum modo, a uma tendência de longo prazo de aumento do peso da actividade de manutenção e recuperação na estrutura produtiva do sector à medida que se verifica um maior desenvolvimento do país.

Existem razões históricas e sócio-económicas que explicam as diferenças de comportamento do sector da construção em Portugal e em outros países Europeus. Na Europa, em termos médios, a recuperação e manutenção é a componente produtiva mais dinâmica e a que tem

registado maiores crescimentos, nos últimos vinte anos, devido a alguns factores concretos, como sejam as crescentes exigências dos consumidores europeus em termos de conforto, segurança e utilização de novas tecnologias; e o comportamento menos cíclico deste segmento face à conjuntura económica. Em Portugal, a reduzida expressão e expansão neste segmento produtivo é explicada por vários factores do passado e alguns do presente, destacando-se: a forte emigração e êxodo rural, não criando potencialidades para investimentos de recuperação; a inexistência de mercado de arrendamento, competitivo e atractivo, com realce para as grandes metrópoles (Lisboa e Porto); as crescentes facilidades de crédito à aquisição de habitação e mais recentemente a descida das taxas de juro, que potenciaram a construção de habitação; o *valor social* da propriedade como característica nacional. No entanto, apesar destes constrangimentos, a actividade de Manutenção e Recuperação em Portugal tem registado taxas de crescimento significativas que tenderão a intensificar-se (cf. Quadro 5).

As expectativas de expansão do sector, em Portugal, até 2003, têm como fundamento, segundo o Euroconstruct², uma boa *performance* nos segmentos da engenharia civil e da manutenção e recuperação. Na Europa, o segmento da Manutenção e Reparação assume já uma grande importância, enquanto em Portugal este segmento ocupa o último lugar da estrutura (Quadro 5), o que fica em muito a dever-se à expansão verificada no segmento residencial nos últimos anos, em detrimento da recuperação do parque habitacional existente que até agora representou uma proporção reduzida no total.

Quadro 5 **Taxas de Crescimento Anuais**

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Manutenção e recuperação	-	9.6	6.4	8.2	7.5	12.1	15.7
Residencial	12.0	8.8	11.0	8.0	2.0	-7.5	-10.0
Engenharia Civil	15.8	4.8	-1.0	4.5	7.5	14.5	15.0
Não Residencial	11.0	-0.1	-1.5	3.0	5.0	10.0	6.8

Fonte: Euroconstruct, ITIC (Nunes, 2001)

² Organismo formado por representantes do sector da construção de 19 países - países da Europa Ocidental (países da União Europeia, à excepção da Grécia, a que se juntou a Suíça) e os países da Europa Central (República Checa, Hungria, Polónia e República Eslovaca).

Em termos do modelo de financiamento do sector devem assinalar-se alguns elementos essenciais. Em primeiro lugar, de relevar que as transferências comunitárias constituem, no final do século XX, o elemento central da modulação do ciclo de investimento público. De acordo com o Departamento de Planeamento e Prospectiva (DPP) do Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território, a despesa pública financiada pelo Quadro Comunitário de Apoio, entre 1994 e 1996, atingiu 1,4 mil milhões de contos correspondendo a cerca de 3% do PIB português. Do total da despesa financiada, cerca de 3/4 correspondiam a investimento (Formação Bruta de Capital Fixo), dos quais cerca de 70% se destinaram à construção, i. e. 52,5% do total das transferências comunitárias foi utilizado para financiar obras públicas. Neste sentido, a despesa financiada pela EU no período em causa representou cerca de 10% do total da FBCF, 14% da FBCF em construção e 13% do VAB e do emprego do Sector (Afonso *et al.*, 1998: 73).

Complementarmente, o financiamento privado dos diferentes segmentos do CCOP tem sido uma realidade ao longo da última década. Para a banca este sector tem sido atractivo em particular na década de 80 e até meados da década de 90 pelas excelentes taxas de rendibilidade que estes negócios apresentavam numa conjuntura caracterizada pelo excesso de capitais privados remunerados com reduzidas taxas de retorno devido ao nível historicamente baixo das taxas de juro de curto, médio e de longo prazo. Por outro lado, o financiamento privado das obras e dos serviços públicos surge como uma solução conjuntural para sustentar num nível elevado o investimento em infra-estruturas, sem agravar o défice e sem aumentar os impostos. Daqui se conclui que, em grande parte, o crescimento sustentado da indústria da construção em Portugal teve como base 3 pilares de financiamento distintos: a EU, o Estado português e a Banca.

3.3. O emprego na construção

Em Portugal o sector da Construção Civil e Obras Públicas observa um peso relativo muito importante na estrutura do emprego do Continente (entre 8% e 12% no período estudado), tendo, nos últimos anos, sustentado o nível de emprego total em Portugal. Trata-se de um sector que tem registado uma dinâmica considerável, fruto dos fortes investimentos infra-estruturais que nos últimos anos têm sido realizados. Este crescimento foi particularmente intenso nos anos em que se registaram a finalização de algumas grandes obras públicas portuguesas, como, por exemplo, a EXPO' 98 e a ponte Vasco da Gama. Em 1997, e acompanhando a aceleração da actividade económica, trabalharam em média na Construção 388 mil pessoas, mais 42 mil trabalhadores que

em 1996, traduzindo um crescimento acumulado no emprego de 13,2%. Em 1998, com a introdução de novas metodologias estatísticas este número cresce exponencialmente de acordo com o INE para quase 517 mil trabalhadores. Em 1999, o sector empregava 540,900 pessoas o que em relação a 1995 representa um aumento de, aproximadamente, 59%. Entre 1999 e 2000, é possível verificar um novo aumento do emprego no sector (aumento de, aproximadamente, 10%), fixando-se o número de pessoas empregues em 593,500. O peso do sector da construção em termos de emprego total também conheceu uma alteração significativa, passando de 8.1%, em 1995, para 12.1% em 2000. Numa perspectiva temporal mais lata, a actividade do sector e correspondente peso no emprego deixa transparecer uma certa irregularidade associada a fenómenos exógenos nomeadamente, a actividade económica em geral, o investimento público e a dinamização do crédito à habitação e crédito pessoal.

Estes trabalhadores encontram-se distribuídos de desigual modo consoante a dimensão das empresas. Se tomarmos como referência o ano de 1995 (cf. Quadro 6) verificamos que o peso das micro e pequenas empresas (de 0 até 9 pessoas ao serviço) de construção em Portugal ronda os 84%, (média UE de 92% do total de empresas). As empresas que possuem mais de 20 pessoas ao serviço têm um peso de 7.1% em Portugal (média EU de 3%). Em termos de estrutura do emprego, em média na UE, as micro e pequenas empresas possuem um maior peso em termos de criação de postos de trabalho (43.5% do emprego global do sector), enquanto que em Portugal as pequenas empresas são responsáveis por cerca de 32% do emprego global do sector, o que, em conjunto com o emprego criado pelas empresas que têm entre 10 e 19 pessoas ao serviço, corresponde a mais de 46% do emprego global, quase o mesmo peso que o emprego criado pelas empresas com mais de 20 pessoas que rondava, em 1995, cerca de 54% do total (UE 43%). No que se refere ao volume de negócios, as pequenas empresas possuem também um peso considerável, já que representam cerca de 34% da produção global do sector da CCOP, atingindo os 38% se agregarmos as empresas que empregam entre 10 e 19 pessoas (UE 48%). As micro e pequenas empresas desempenham, neste sentido, um papel muito importante no sector da construção nacional e europeu, tendo em conta não só o número de empresas que apresentam, como o volume de emprego que geram e o volume de produção que originam (Moreno *et al.*, 1999: 31).

Quadro 6

Emprego e número de Empresas da Construção em Portugal, 1995

Dimensão (pessoas ao serviço)	Número de Empresas	% de Empresas	% de Emprego	% do volume de Negócios
0-4	20.492	67.4	17.9	13.2
5-9	5.099	16.8	14.1	11.8
10-19	2.665	8.8	14.3	13.2
20 e +	2.148	7.1	53.7	61.9
Total	30404	100	100	100

Fonte: INE, Estatísticas das Empresas de Construção e Obras Públicas, 1995 (Moreno *et al.*, 1999: 31)

O sector da construção é claramente dominado pelo sexo masculino (cf. quadro 7), tendo o emprego feminino uma expressão reduzida. Em 1998, havia apenas 19,500 mulheres a trabalhar no sector, o que representava 3.8% do emprego total no sector CCOP. É importante referir que apesar de se ter verificado um aumento real do número de mulheres a trabalhar na construção, tal não significou um aumento da sua proporção. Com efeito, esta, em virtude de um maior crescimento do emprego masculino, registou, entre 1992 e 1998 uma redução de aproximadamente um ponto percentual. A mão-de-obra feminina caracteriza-se essencialmente pelo peso das profissionais qualificadas e semi-qualificadas (cerca de 60% do total) e das não qualificadas (30% do total), o que poderá indiciar que exercem actividades predominantemente administrativas no primeiro caso e de limpeza no segundo, pressupondo um reduzido número de quadros médios ou superiores (Moreno, *et al.*, 1999: 55).

Ao procedermos a uma análise mais detalhada, cruzando diferentes fontes estatísticas (Estatísticas das Empresas de Construção e Obras Públicas, INE e o Inquérito ao Emprego, INE) deparamo-nos com duas realidades diametralmente diferentes: uma que nos mostra que o emprego no sector apresenta óbvios sinais de crescimento mas que, por outro lado, desde o início da década de 90, se tem assistido ao decréscimo do número médio de pessoal ao serviço nas empresas, especialmente notória no escalão de maior dimensão. Esta tendência de diminuição do número médio de pessoas ao serviço tem sido compensada, nos anos em análise, pelo aumento do número de empresas em actividade. A tendência, por um lado, de concentração em grandes grupos económicos e, por outro, de pulverização do número de empresas ao serviço parece ser uma tendência europeia.

Quadro 7
Evolução do emprego na CCOP, 1990-2000

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Emprego na Construção (em milhares) – Total	361.1	363.6	346.2	340.2	330.8	340.3	343.1	388.4	516.7*	540.9	593.5
Emprego na Construção (em milhares) – Homens	-	-	330.5	325.1	315.0	329.7	328.4	371.5	497.3	521.6	-
Emprego na Construção (em milhares) – Mulheres	-	-	15.8	15.1	15.9	10.7	14.8	16.9	19.5	19.3	-
Percentagem do emprego na Construção no emprego total (%)	8.0	7.9	8.0	8.0	7.8	8.0	8.1	9.0	10.9	11.2	12.1

Fonte: INE – Estatísticas do Emprego (vários anos)

Nota: * Nova série

Do ponto de vista do emprego é de assinalar a importância dos trabalhadores por conta de outrem (TPCO) no total global. Em média, ao longo da década de 90, a percentagem de trabalhadores por conta de outrem representou $\frac{3}{4}$ dos trabalhadores no sector (cf. Quadro 8). Apenas cerca de 16% são trabalhadores por conta própria (TPCP). Uma análise dos últimos anos parece, no entanto, indiciar uma tendência de decréscimo dos TPCO e correspondente aumento dos TPCP.

Quadro 8
População empregada no CCOP, segundo a situação na profissão 1990-2000

Anos	Total (milhares)	% TPCO	% TPCP	Peso no Emprego Nacional (%)
1990	361.1	79	14	8.0
1991	363.6	76	15	7.9
1992*	346.2	73	16	8.0
1993	340.2	74	16	8.0
1994	330.8	72	17	7.8
1995	340.3	71	19	8.1
1996	343.1	71	19	8.1
1997	388.4	74	17	9.0
1998	516.7	-	-	-
1999	540.9	-	-	-
2000	593.5	-	-	-

Fonte: INE, Inquérito Trimestral ao Emprego (Moreno et al., 1999: 52)

* Em 1992 há uma quebra de série do Inquérito ao Emprego do INE.

Uma parte considerável do emprego na CCOP é assegurado por forças de trabalho estrangeiras. A análise da inserção laboral dos imigrantes em Portugal levada a cabo no final dos anos 90 por um grupo de investigadores coordenado por Baganha, Ferrão e Malheiros, (1998, 1999) mostrava já que o sector CCOP era o principal integrador da mão-de-obra imigrante, que esta assumia já uma proporção relevante neste sector e que “mais relevante se torna se tivermos em conta o problema específico do trabalho informal, não apenas pelo grande número de estrangeiros envolvidos em certas actividades económicas, como também pelo alto grau de vulnerabilidade deste tipo de trabalho” (1999: 147). Este estudo mostra que, em 1996, cerca de 49% da população activa legalmente residente em Portugal eram trabalhadores da construção civil e indústria e que este número tinha crescido 77% desde o início da década.

Em 1998, 47.7% dos estrangeiros activos legalmente a residir em Portugal encontravam-se a trabalhar na Construção ou na Indústria³. A maioria dos imigrantes empregues na CCOP era, até tempos recentes, oriunda dos PALOP (sobretudo, de Cabo Verde). Actualmente, para além daqueles é possível ainda notar a presença de imigrantes provenientes dos países do Leste Europeu, nomeadamente da Ucrânia, Roménia e Moldávia. A contabilização do volume actual de imigrantes no sector da CCOP só poderá ser realizada após a publicação dos dados referentes ao último período de regularização. Contudo, é de admitir que dos cerca de 100,000 imigrantes que regularizaram a sua situação entre Janeiro e Outubro de 2001, uma grande parte se encontra a trabalhar na CCOP.

O CCOP é, como é sabido, um sector com fortes contrastes: baixos níveis de qualificação, forte tecnicidade das profissões, importância dos saberes manuais e processuais, baixos níveis remuneratórios a par de elevados níveis de rendimento, elevado peso da precariedade (a percentagem de contratados a prazo varia entre os 14 e 21% de 1992 a 1997, atingindo o seu máximo neste último ano, indiciando um aumento da precariedade do emprego) (cf. Quadro 9); instabilidade do emprego (forte rotatividade dos postos de trabalho); elevada procura de profissionais especializados (carpinteiros, pedreiros, ladrilhadores, estucadores e outros). Como se pode constatar, em 1996 e 1997 regista-se um acréscimo do número de trabalhadores a prazo, em geral, sendo este acréscimo mais acentuado no sector CCOP. Os trabalhadores do CCOP sem contrato permanente registam, em 1996, um incremento de 32% face a 1995 (total nacional de 12%), sendo esse acréscimo na construção, em 1997, de 29% (total nacional de 16%). Recorde-se

³ As estatísticas disponíveis não permitem isolar os trabalhadores da construção dos trabalhadores da indústria.

que 1996 e 1997 foram períodos de forte actividade no sector, (Expo' 98, Ponte Vasco da Gama, ampliação do metropolitano, etc.) pelo que se terá recorrido de forma acrescida a mão-de-obra contratada a prazo para conseguir cumprir prazos contratuais. A desqualificação social das profissões do sector, reflectindo a dureza, a sujidade, a perigosidade (é o sector com maior número de acidentes de trabalho após a indústria) e os baixos níveis salariais, tem vindo a condicionar as escolhas dos jovens portugueses, proporcionando uma possibilidade de entrada no mercado de trabalho a muitos milhares de imigrantes o que terá ocorrido no período em análise contribuindo para a precariedade contratual do sector.

Quadro 9
Tipo de Contrato de trabalho no sector CCOP

Anos		Total		Contrato Permanente		Contrato Não-Permanente	
			%		%		%
1992	Total Nacional	3,221	100	2,830	88	391	12
	CCOP	252	100	211	84	41	16
1993	Total Nacional	3,125	100	2,785	89	340	11
	CCOP	249	100	213	86	36	15
1994	Total Nacional	3,065	100	2,740	89	325	11
	CCOP	238	100	205	86	34	14
1995	Total Nacional	3,040	100	2,700	89	336	11
	CCOP	242	100	207	85	34	14
1996	Total Nacional	3,028	100	2,640	87	377	12
	CCOP	245	100	197	81	46	19
1997	Total Nacional	3,070	100	2,624	85	436	14
	CCOP	286	100	225	79	59	21

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, 1992-2000 (Moreno *et al.*, 1999: 68)

A construção, apesar da sua diversidade, é, genericamente, considerada uma actividade de mão-de-obra intensiva, com baixos níveis de qualificação e baixos salários. Em termos de qualificação, a estrutura do emprego é extremamente deficiente, representando o pessoal não qualificado aproximadamente 30% do total e o somatório dos quadros médios e superiores menos de 3% do total. Em termos de habilitações, pode-se referir que cerca de 66% do pessoal possui, no máximo, 4 anos de escolaridade. Dada a natureza da actividade e o tipo de vínculo que em grande parte se estabelece entre o empregador e o trabalhador (com uma forte componente de contratos a termo certo), a rotação de pessoal das empresas é muito elevada. Por isso, mais de 70% dos trabalhadores permanece no máximo 4 anos nas respectivas empresas (Afonso, *et al.*, 1998: 34). A forte incidência das designadas formas atípicas de emprego (Vaz, 1997), nas suas múltiplas

vertentes, tanto do lado da procura como da oferta (forte contingente quer de empresas “ocultas”, quer de trabalhadores nas mesmas condições) está na origem de uma série de distorções no mercado de trabalho do sector CCOP que, quer em termos económicos quer sociais, contribuí para a ambivalente atracção/repulsão de emprego no sector. Por outro lado, surgem como características intrínsecas ao sector a mobilidade da produção, i.e., contrariamente aos outros sectores em que a produção está sediada num determinado local, na CCOP a capacidade de produção desloca-se até ao local de consumo. Associada a esta característica observa-se igualmente uma forte sazonalidade, reflectindo a descontinuidade no tempo e no espaço das tarefas desenvolvidas, isto é, “trabalhar quando há e onde há” (Moreno *et al.*, 1999: 16).

No que diz respeito à coexistência entre uma estrutura económica formal e uma estrutura económica informal existem fortes indícios de que este sector será um dos que apresentam um maior índice de informalidade laboral. A crescente estratégia de recurso a formas de subcontratação, de sub-empregada ou de aquisição de serviços no exterior das grandes e médias empresas CCOP, que recorrem a pequenas ou micro-empresas ou mesmo a trabalhadores individuais para a realização de serviços, empregadas ou tarefas, é um indício suficientemente claro da existência de um sector CCOP oculto paralelo ao sector CCOP oficial. Como afirma Moreno *et al.*, “são elevados os indícios de que existe procura de trabalho oculto no sector de empresas que podendo estar ou não submersas no mercado tendem a ser mais permeáveis à utilização de mão-de-obra de forma irregular para fazer face a muitos dos trabalhos de sub-empregada a que recorrem e têm de concretizar. Não é linear, contudo, afirmar quem potencialmente está submerso no mercado nem quem mais utiliza trabalhadores de forma oculta por serem complexas as teias de informalidade entre pequenas, médias e grandes empresas. Quem utiliza quem e de que forma, constitui um processo demasiado complexo no sector pela heterogeneidade de que se reveste e pela multiplicidade de situações que o sistema produtivo permite” (1999: 80).

O sector CCOP é tradicionalmente um sector de inserção de trabalhadores em situações de precariedade, recém chegados ao mercado de trabalho ou como complemento de outras actividades. Esta situação gera um conjunto de condicionalismos que tornam o sector informal do CCOP particularmente atraente para um conjunto de trabalhadores designadamente porque estamos em presença de uma mão-de-obra, na sua maioria, pouco qualificada e com reduzidos níveis de instrução; porque o trabalho neste sector constitui a única alternativa, quer como

complemento das actividades agrícolas, quer como actividade de inserção face a situações de migração ou imigração para os centros urbanos; porque é um sector que permite uma fácil inserção de indivíduos em situações de desemprego. Em relação a esta última situação os dados resultantes do Inquérito ao Emprego do INE permitem algumas conclusões (cf. Quadro 10).

Quadro 10
Pessoas Desempregadas em Portugal, por Profissão Anterior ao Desemprego, 1995

	1992		1995	
	Total	CCOP*	Total	CCOP*
Quadros Superiores				
Número (milhares)	5.7	0.2	13.0	0.2
Peso no Total	3.8%	1.3%	4.7%	0.8%
Peso da CCOP no Total		3.5%		1.5%
Quadros Intermediários				
Número (milhares)	7.5	0.3	20.9	0.3
Peso no Total	4.9%	6.5%	7.6%	1.1%
Peso da CCOP no Total		5.3%		1.4%
Empregados Administrativos				
Número (milhares)	18.8	1.0	35.7	1.7
Peso no Total	12.4%	6.5%	13.0%	6.5%
Peso da CCOP no Total		5.3%		4.8%
Pessoal da Produção				
Número (milhares)	90.6	10.9	156.4	18.0
Peso no Total	59.8%	70.8%	57.0%	68.7%
Peso da CCOP no Total		12.0%		11.5%
Trabalhadores não qualificados				
Número (milhares)	29.0	3.0	48.5	6.0
Peso no Total	19.1%	19.5%	17.7%	22.9%
Peso da CCOP no Total		10.3%		12.4%
Total				
Número (milhares)	151.6	15.4	274.5	26.2
Peso no Total	100%	100%	100%	100%
Peso da CCOP no Total		10.2%		9.5%

Fonte: INE Inquérito ao Emprego (Moreno *et al.*, 1999: 82).

* Desempregados cuja última actividade era no sector CCOP

Em 1992 cerca de 10% dos desempregados totais tinham sido anteriormente trabalhadores CCOP, contra 9.5% em 1995. Cerca de 2/3 destes trabalhadores estavam, em 1995, envolvidos na produção e 23% eram trabalhadores não qualificados, apenas 0.8% dos desempregados cuja última actividade fora desempenhada no CCOP eram quadros superiores. Esta situação não surpreende uma vez que é sabido que as situações de dispensa de trabalhadores em fases recessivas de actividade do sector, e as correspondentes situações de recrutamento em fase de expansão, tendem a atingir maioritariamente os menos qualificados.

3.4. Perspectivas de Evolução

Perante a descrição realizada é possível afirmar que a evolução futura do sector da CCOP continuará a ser caracterizada por dois factores principais: o mercado e a organização interna das empresas. A análise de cada um dos segmentos em que se divide o sector da construção permitir-nos-á uma melhor contextualização prospectiva para a totalidade do sector:

- a) **Segmento de Manutenção e Recuperação.** A actividade de Manutenção e Recuperação em Portugal tem registado taxas de crescimento significativas que tenderão a intensificar-se, apesar dos constrangimentos, ainda existentes, ao nível da política de arrendamento. A evolução esperada para este segmento deve-se, especialmente, a uma intervenção premente no parque existente (que inúmeras vezes corresponde a património histórico) e a políticas públicas, como a implementação de programas municipais para a recuperação de zonas históricas, assim como a alguns benefícios fiscais e financeiros de apoio à conservação de edifícios. Esta situação pode ainda ser potenciada pelo facto de existir presentemente um grau de satisfação relativo das necessidades de habitação nova, um aumento dos preços das mesmas e das taxas de juro e uma expansão da segunda habitação que, muitas vezes, corresponde a reconstrução de edifícios existentes (Sequeira, 2001: 17).
- b) **Segmento Residencial.** Segundo a Euroconstruct, na comparação de Portugal com os restantes países da UE na actividade dos edifícios residenciais o país vai continuar a liderar em termos de peso do segmento da construção habitacional. A médio prazo deverá, contudo, registar-se um abrandamento no crescimento deste segmento produtivo.
- c) **Segmento da Engenharia Civil.** Este sector apresentou um comportamento bastante dinâmico desde o início da década de 90. O investimento em novas infra-estruturas, especialmente em vias de comunicação, em que o Estado tem sido o principal cliente e promotor, constituiu o principal impulso neste segmento de mercado, ao qual não tem sido alheio o contributo dos fundos comunitários. Para os próximos anos, espera-se que o segmento da Engenharia Civil conheça um crescimento muito significativo, dado que o III Quadro Comunitário de Apoio (QCA III) permitirá a realização de uma série de infra-estruturas, como a construção do novo Aeroporto, a construção de novos troços de auto-estradas, a modernização da rede ferroviária, a construção da rede de alta velocidade, a construção da terceira travessia rodoviária do Tejo na área da Grande Lisboa, a construção da extensão das redes de gás natural, a barragem do Alqueva e todas as suas infra-estruturas envolventes e, ainda, todas as obras ligadas à melhoria do ambiente como os

projectos de água, saneamento e tratamento de lixos, entre outros, onde o papel das autarquias é determinante (exemplo: programa POLIS) (cf. Sequeira, 2001 e Afonso *et al.*, 1998).

- d) Segmento de Edifícios não Residenciais.** A construção de edifícios não residenciais, cuja parcela mais importante consiste na construção de edifícios privados, nomeadamente industriais, comerciais e instalações para escritórios, representa cerca de 15% da produção do sector e 25% do total dos edifícios construídos. Num futuro próximo, a produção de Edifícios não Residenciais deverá registar um crescimento considerável, devido, em particular, à realização em Portugal do Euro 2004, com tudo quanto implica de infra-estruturas, à crescente procura de escritórios para serviços e à construção de equipamentos de lazer, que não são alheias às expectativas de alterações sócio-económicas. No médio/longo prazo deverá verificar-se um abrandamento no crescimento deste segmento em consequência da esperada aposta na criação de parques de escritórios, inserida na preocupação crescente com o reordenamento do território e com o objectivo de se atingir maior produtividade por m² (cf. Sequeira, 2001 e Afonso *et al.*, 1998).

Outro factor que influencia fortemente a evolução do sector da construção é a **conjuntura económica**. Na Europa, a implementação do Euro e a correspondente redução da dívida pública, a desvalorização desta moeda e o aumento do preço do petróleo, criaram constrangimentos que levaram a um controlo orçamental mais apertado, reduzindo a disponibilidade de verbas para a construção, em particular para a engenharia civil e dando origem a menores crescimentos do sector, relativamente ao total da economia. Em última análise, uma empresa de construção tende a assumir, cada vez mais, uma posição de prestadora de serviços, respondendo aos desejos dos seus clientes e oferecendo, de forma personalizada, um serviço completo que integra todas as componentes da realização de uma obra, desde o projecto, passando pela construção propriamente dita e estendendo-se à sua manutenção/recuperação.

Em suma, perante o quadro enunciado é possível apontar um conjunto de perspectivas de evolução. Designadamente, prevê-se um forte crescimento em determinados sectores da construção (nomeadamente, no segmento das infra-estruturas públicas), apoiados quer por financiamentos provenientes do III Quadro Comunitário de Apoio, quer pelo financiamento

privado de infra-estruturas públicas⁴. Este desenvolvimento terá como marcos principais a construção de vias de comunicação (sobretudo rodoviárias) e a construção dos equipamentos e infra-estruturas necessárias à realização do campeonato da Europa de futebol (“Euro 2004”). A necessidade de muitas destas construções terem que estar concluídas no final do primeiro semestre de 2004, implica que o esforço de produção se concentre no período 2001-2003. A concentração do esforço produtivo num período específico e relativamente curto, pode, por um lado, acarretar a um acréscimo ‘anormal’ dos custos da construção, nomeadamente, por escassez de mão-de-obra especializada. Por outro lado, deve levar as construtoras a realizar um esforço no sentido de adoptar uma grande flexibilidade para fazer face às flutuações do mercado (Sequeira, 2001: 8).

Enquanto, como se descreveu anteriormente, o sector da construção de infra-estruturas públicas registará uma fase expansionista, o segmento da construção de habitação nova apresentará uma marcada tendência decrescente. Tal ficará a dever-se à conjugação de dois factores interrelacionados: esgotamento da procura potencial e a evolução desfavorável das perspectivas demográficas. De acordo com o relatório, nos próximos anos o mercado habitacional português tenderá a reduzir-se ao seu “estado natural”, “onde quem procura casa são as ‘famílias em transição’ – os jovens que saem de casa dos pais, as famílias que aumentam (mais filhos) ou que se desagregam (divórcios) – e as ‘famílias em movimento, que por razões profissionais ou de outro tipo mudam de cidade de residência” (Sequeira, 2001: 11)⁵. Neste sentido, o Euroconstruct prevê que esta indústria deverá evoluir a uma taxa inferior à da economia a partir de 2002 com um crescimento de 2,5%, devido, em particular, à esperada quebra acentuada do segmento residencial.

O segmento ‘não residencial’, apresentará, por seu lado, uma evolução favorável (crescimento da produção anual em cerca de 5%), devido à conjugação dos seguintes factores: efeitos directos e indirectos do III QCA sobre a construção não residencial, impacto da realização do Euro 2004 e continuação do processo de terciarização da economia (Sequeira, 2001: 13 e segs., cf. também, Afonso *et al.*, 1998).

⁴ Segundo estimativas da ANEOP (2001), o investimento global na construção (oriundo de fundos comunitários e da comparticipação nacional) rondará os 5,2 mil milhões de contos, cerca de 740 milhões de contos / ano.

⁵ A ANEOP prevê que o nível de construção de habitações novas, passe dos actuais 110 mil fogos/ ano, para 50 mil fogos / anos.

No mesmo sentido evoluirão os trabalhos de manutenção, reparação e reabilitação de edifícios que nos próximos anos conhecerão um crescimento anual entre os 4% e 5%. Tal crescimento ficará a dever-se à acção conjugada dos seguintes elementos: redução da taxa de expansão da construção nova para fins residenciais, expansão da segunda habitação (muitas das vezes referente à reabilitação de fogos existentes), degradação do parque habitacional e políticas públicas de apoio à reabilitação. Assim, será de prever que as empresas generalistas adaptem a sua estrutura produtiva para atender este novo nicho de mercado (por exemplo, através da diminuição da sua dimensão e da aquisição de tecnologias específicas para este tipo de trabalhos) (Sequeira, 2001: 17 e segs.)

4. CONCLUSÃO

Na última década o sector da CCOP português conheceu um forte desenvolvimento motivado, sobretudo, pelo financiamento através de fundos comunitários. Os reflexos desta evolução nas características do sector encontram-se atrás descritas, importando, por isso, agora apenas sumariar os principais traços dessa evolução.

Primeiro, é preciso assinalar que se verificou um aumento da população empregue no sector e da proporção do emprego na construção no emprego total. Uma parte considerável deste aumento fica a dever-se à crescente presença de forças de trabalho estrangeiras. Estes desenvolvimentos evidenciam o continuar de uma estratégia empresarial assente na utilização intensiva de mão-de-obra com o intuito da redução dos custos de produção. No entanto, como foi referido neste relatório, a esta utilização intensiva do factor trabalho não corresponde um aumento da produtividade o que diminui a vantagem competitiva deste facto para as empresas de construção portuguesas.

Segundo, tal como sucede na generalidade dos países europeus, a estrutura empresarial do sector da construção evidencia uma grande atomização, já que uma parte significativa da produção é assegurada por um grande número de pequenas e médias empresas e que é relativamente pequeno o número de grandes empresas existente. Parece igualmente pacífico afirmar-se que o CCOP constitui um sector muito segmentado. Em termos de produção, a realidade parece indiciar a existência de um segmento capital-intensivo – o das obras públicas ou de engenharia civil – e outro trabalho-intensivo – o da construção de edifícios (residenciais e não residenciais). Em termos de mercado de trabalho, desta segmentação resulta um mercado primário, onde as condições são mais atractivas em termos de remunerações (remunerações acima da média do sector), locais físicos de

produção (a exposição a riscos de acidente é menor), prémios e gratificações; e um mercado de trabalho secundário, onde as condições de trabalho são mais penosas, as remunerações mais baixas e a sinistralidade uma presença constante. De acordo com a equipa coordenada por Conceição Moreno (1999: 12) “é nesta dupla segmentação que podem ser encontrados muitos dos factores explicativos da atracção e da repulsão em termos de emprego no sector da Construção Civil e Obras Públicas (CCOP), uma vez que ao segmento de edificios estará mais associado o mercado de trabalho secundário, enquanto que ao segmento de obras públicas se poderá associar o segmento primário de trabalho”.

Nos últimos anos tem-se assistido a uma redefinição da estrutura empresarial da construção civil, nomeadamente através de fusões e de concentrações inter-empresariais. É particularmente intensa a relação que se tem estabelecido entre os grandes grupos espanhóis e as empresas portuguesas, o que tem possibilitado o alargamento do mercado espanhol ao mercado português. Esta estratégia de fusão visa, essencialmente, potenciar a capacidade de competição internacional (sobretudo, da competição ao nível da Comunidade Europeia). Também as pequenas e médias empresas, poderão, pela via da subcontratação, penetrar nos mercados internacionais. Esse caminho da subcontratação ficará facilitado, se houver uma forte especialização que permita uma garantia de qualidade em determinadas fases dos projectos e de cumprimentos de prazos. Existe ainda uma outra forma de especialização que passa por as empresas responderem a necessidades de mercados específicos, como a recuperação e manutenção de edificios, sendo uma área de negócio com elevada potencialidade para ser rentável e indispensável.

Não obstante este esforço no sentido de adquirir maior poder a nível internacional, é de admitir que o mercado da CCOP continuará a ser maioritariamente nacional devido à continuação dos investimentos públicos em infra-estruturas e a investimentos dirigidos para acontecimentos específicos (por exemplo, a construção de estádios para o EURO 2004).

5. BIBLIOGRAFIA TEMÁTICA

Afonso, Fernando Paes *et al.* (1998), *O sector da construção - diagnóstico e eixos de intervenção*. Lisboa: IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento), Observatório das PME.

AGRUPACION NACIONAL DE CONSTRUCTORES DE OBRAS (1993), *El Monitor*, Madrid.

Alden, J.; Spooner, R. (1982), “Personnes ayant plus d’un emploi. Analyse de la deuxième activité dans la communauté européenne”, *Eurostat*.

Amaro, Rogério Roque (1986), “Mercado de trabalho e franjas marginalizadas – O caso dos imigrantes Cabo-Verdianos”, II Conferência CISEP, *ISE*, pp. 355-378.

Aneop (1992), *A sinistralidade no sector da construção e obras públicas na segunda metade dos anos 80*.

Aneop – *Associação Nacional de Empreiteiros de Obras Públicas* (2000), “A Internacionalização das Empresas da Construção”.

Areop, Rolando; Gasse, Yvon; Verna, Gérard (1992), “Le monde de l’entreprise informelle - Economie souterraine ou parallèle?”, *Futuribles*, nº 163, Março, pp. 41-53.

Ashenfelter, Orley, Ashmore, David, Filer, Randal (1997), “Contract Form and Procurement Cost: The Impact of Compulsory Multiple Contractor Lows in Construction”. Lisboa: Centro de Informação e Documentação do Instituto Superior de Economia e Gestão (CID/ISEG).

Associação de Empresas da Construção Civil e Obras Públicas do Sul (1994), “Proposta de criação de 100 000 postos de trabalho através da dinamização do sector habitacional”. Lisboa: *AECOPS*, nº 22.

Associação de Empresas da Construção Civil e Obras Públicas do Sul (1986), “Caracterização económica e financeira das empresas do sector da construção civil e obras pública”. *AECOPS*, Separata da indústria da construção.

Associação de Empresas da Construção Civil e Obras Públicas do Sul (1998), “Balanço social sectorial”, Lisboa: *AECOPS*, pp. 57-82.

Associação de Empresas da Construção Civil e Obras Públicas do Sul (1994), “AECOPS pede apoio ao sector”, *AECOPS*.

Associação dos Industriais da Construção de Edifícios (1987), “Edificando”, *AECOPS*.

Associação Regional dos Industriais da Construção e Obras Públicas do Distrito de Leiria (1985) “A construção”, *AECOPS*.

Baganha, M., Ferrão, J., Malheiros (coords.) (1998) *Os movimentos migratórios externos e a sua incidência no mercado de trabalho em Portugal*, Lisboa: IEFP.

Baganha, M., Ferrão, J., Malheiros (1999), “Os imigrantes e o mercado de trabalho, o caso português”, *Análise Social*, XXXIV (150), 147-173.

Baganha, Maria I., Cavalheiro, Luís. (2001), “Uma europeização diferenciada: o sector da construção civil e obras públicas”, in José Reis e Maria Ioannis Baganha (orgs.), *O curso da economia: contextos e mobilidades*, Porto: Afrontamento (no prelo).

Bairrada, M. (1998), *Enriquecimento da actividade económica e emprego*. Lisboa: OEFP (Observatório do Emprego e Formação Profissional) (no prelo).

Bancarel, Maurice, (1994), “La lutte contre le travail clandestin et la généralisation de la déclaration préalable à l’embauche”, *Droit Social*, pp. 534-541.

Banco de Portugal, *Situação da construção em 1995*, Lisboa.

Banco de Portugal (2000), Relatório Anual.

Banco de Portugal (1999), Relatório Anual.

Barata, Oscar Soares (1973/74), “A imigração em França”. Lisboa: Revista do Centro de Estudos Demográficos, INE, nº 21, pp. 189-255.

Bosquet, Michel *et al.* (1980), “Le travail noir: Une véritable institution”, *Le Nouvel Observateur*, nº 812, 2-8 Junho, (Dossier).

Branco, Fernando e Garcia, Adriana (2000), “R & D in Construction. The Portuguese Situation”, International Council for Research and Innovation in the Building and Construction, TG35

Bruto da Costa, A. *et al.* (1991), *Minorias étnicas pobres em Lisboa*, Departamento de Pesquisa Social, Centro de Reflexão Cristã.

Cenfic (1989), Caracterização das necessidades de mão-de-obra e formação profissional da indústria da construção civil e obras públicas do sul, Centro de Formação da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Sul.

Centro de Formação Profissional do Sector da Construção Civil e Obras Públicas do Norte (1983), Estudo sobre o sector da construção civil e obras públicas do norte.

Comissão das Comunidades Europeias (1993), Segurança e saúde no sector da construção.

Comission des Comunnautés Europeennes, (1993), “Etude stratégique sur le secteur de la construction”, Direction Générale de l’industrie, Rapport Final Ws Atkins International.

Conselho para a Cooperação do Ensino Superior-Empresa (1995), *Livro verde sobre a cooperação ensino superior-empresa: sector da construção civil*, Centro de Informação e Documentação, do Instituto Superior de Economia e Gestão (CID/ISEG).

Córdova, Efren (1986), “De L’emploi total au travail atypique: Vers un virage dans l’evolution des relations de travail?”, *Révue Internationale du Travail*, Vol. 125, n° 6, Novembre-Décembre, pp. 715-733.

De Grazia, Raffaele (1980), “Le Travail noir: Un problème d’actualité”, *Révue Internationale du Travail*, Vol. 119, n° 5, Septembre-Octobre, pp. 595-610.

Departamento de Estatística do Mess e Cisep (1994), *Demografia das empresas em Portugal: 1982-1992*, Lisboa.

Editions du Munitour (1994), “Le moniteur des travaux publics et du bâtiment”, *AECOPS*.

Esteves, Maria do Céu *et al.*(1991), “Portugal, país de imigração”, *IED*, Caderno n° 22.

Euroconstruct (1986), “L’emploi et la réhabilitation du logement en Europe”. Instituto Superior de Economia e Gestão (CID/ISEG), Centro de Informação e Documentação.

Euroconstruct Conference, 43th (1998), European construction sector analysis 1998/1999, Portugal.

EUROCONSTRUCT (2000), The Outlook for the European Construction Sector: 2001-2003.

Euroexpansão (1996), “Estudo sobre as necessidades de mão-de-obra e formação profissional das empresas de construção civil e obras públicas”, por solicitação do *CENFIC* (Centro de Formação da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Sul) e do *CICCOPN* (Centro de Formação Profissional da Indústria de Construção Civil e Obras Públicas do Norte).

European Commission (1998), “2CAE, une association au service de l’insertion” ; “35 heures: Les industries du bâtiment s’interessent à la loi”, Aubry, Employment Observatory, MISEP Policies, n° 4950, pp 52-54.

EUROSTAT (1995), “Le temps de travail dans l’union européenne - la durée hebdomadaire entre 1983 et 1992”, *Statistiques en Bref, Population et Conditions Sociales*.

EUROSTAT (1995), *Personnes ayant plus d’un emploi dans l’union européenne en 1992*, *Statistiques en Bref, Population et Conditions Sociales*, n° 2.

EUROSTAT (1993), “Panorama de l’industrie communautaire”, *Commission des Communautés Européennes*, pp. 19-1 a 19-24.

Fau, Jean (1981), “Le travail illégal”, *Droit Social*, n° 7-8, Juillet-Août, pp 597-608.

Ferreira, António Fonseca (1987), *Por uma nova Política de Habitação*, Porto: Edições Afrontamento.

FIEC (1979), “L’activité de la construction en Europe”. Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas do Norte.

FIEC (Federação da Indústria Europeia da Construção) (1998), “A Construção como Potenciadora de Emprego”, Congresso, Portugal.

Figueiredo, A. Manuel *et al.* (1986), “O sector informal: Suas implicações em termos de análise e de política de desenvolvimento”, Faculdade de Economia do Porto.

França, Luís de *et al.* (1992), “A comunidade Cabo-Verdiana em Portugal”, *IED*, Cadernos, nº 23.

Freire, João (1991), “Imigrantes, capatazes e segurança no trabalho na construção civil”, *Revista Organizações & Trabalho*, APSIOT (Associação Portuguesa de Profissionais em Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho), nº 5, 6, pp. 147-153, Lisboa.

Geoideia (1998), “Os movimentos migratórios externos e a sua incidência no mercado de trabalho em Portugal”, Relatório Final, (no prelo, versão policopiada), Lisboa.

GEP do Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações (1991), Análise económica e sociológica, Gabinete de Estudos e Planeamento, Lisboa.

GEP do Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações, (1991), O Crédito à aquisição de casa própria em 1988 – Análise Económica e Sociológica Gabinete de Estudos e Planeamento.

Granier, R. e Marciano, J. P. (1975), “La rémunération des travailleurs immigrés en France”. *Révue Internationale du Travail*, Vol. 111, nº 2, Février, pp. 157-180.

Grefe, Xavier (1982), “L’conomie non officielle”, *Problèmes Économiques*, nº 1771, 28 Avril, pp.3-14.

Hillebrandt, Patrícia M. (1985), *Economic theory and the construction industry*. MacMillan, Second Edition.

INE (1993), Portugal agrícola, Lisboa.

INE, Boletim mensal de estatística, Lisboa.

INE, Estatísticas da construção de edifícios: licenciamento e habitação, Lisboa.

INE, Estatísticas da construção e da habitação, Lisboa.

INE, Estatísticas das empresas de construção e obras públicas de 1990 a 1995, Lisboa.

INE, Estatísticas das empresas: construção e obras públicas, Lisboa.

INE, Inquérito ao emprego de 1990 a 1997, Lisboa.

INE, Inquérito mensal de conjuntura à construção de obras públicas: Folhas de informação rápida, Lisboa.

INOFOR (1999), Construção Civil e Obras Públicas em Portugal.

Inquérito à caracterização do emprego e da formação profissional – construção e obras públicas (1993). Lisboa: Ministério do Emprego e da Segurança Social, Departamento de Estatística.

Instituto de Pesquisa Social Damiano de Góis (1985), *A economia subterrânea e o exercício da política económica e social em Portugal - Contributos para um debate necessário*, Estudos de Economia, nº5.

Instituto Nacional de Habitação (1998), *Habitação em análise*, nº 2, Setembro, Lisboa.

Instituto Sindical de Estudos, Formação e Cooperação (1987), *A actividade de construção civil e obras públicas no enquadramento económico nacional*, (ISEFOC).

Instituto Superior Técnico (2000), *Research for the project “Engenharia & Tecnologia 2000”*, Lisboa

International European Construction Federation – FIEC (1988), *L’activité de Construction dans la Communauté Européenne*, October nº 23

Klatzmann, Rosine (1989), *Le travail noir*, Presses Universitaires de France, Que Sais-je?, 2ª edição, nº 2013.

Laé, Jean-François (1990), “Le travail au noir, vestibule de l’Emploi”, *Sociologie du Travail*, nº 1, pp. 23-37.

Lebon, André (1985), “Les populations étrangères en europe”, *Révue Européenne des Migrations Internationales*, Vol. 1, nº 2, pp. 187-203.

Lebon, André, (1986), “Les travailleurs étrangers en Europe (Combient sont-ils; Qui sont-ils; Où travaillent-ils?)”, *Révue Européenne des Migrations Internationales*, Vol. 2, nº 3, pp. 169-184.

Lemkov, Louis (1987), “The employed unemployed: The subterranean economy in Spain”, *Soc. Sci. Med.*, Vol. 25, nº 2, pp. 111-113.

Lima, Silva Irê (1995), *Qualidade de vida no trabalho na construção de edificações: Avaliação do nível de satisfação dos operários de empresas de pequeno porte*, Tese de Doutoramento, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.

Lindauer, David L. (1989), “Parallel, fragmented or black? Defining Market Structure in Developing Economies”. *World Development*, Vol. 17, nº 12, pp. 1871-1880.

Lobo, Isabel Sousa (1983), “Economia subterrânea: Conceitos, métodos e perspectivas”. *Revista Planeamento*, 5 (2), pp. 79-109.

Lobo, Isabel Sousa (1986), “Construção não formal. Contribuição para uma análise quantitativa a nível regional”, IACEP, Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais.

Lobo, M. Isabel Sousa (1985), “Estrutura social e produtiva e propensão à subterraneidade no Portugal de hoje”. *Análise Social*, Vol. XXI (87-88-89), pp. 527-562, ICS.

Lopes, Jorge (2000), “The impact of Economic and Monetary Union on the Construction Market in Portugal”, *RICS Research Conference – Cutting Edge 2000*, London

Lopes, Jorge e Bezelga, Artur (2000), An application of the Cluster Analysis to the construction Industry in Portugal, (http://www.fp.rdg.ac.uk/wkc1/bon/2000/Lopes_Bezelga.pdf)

Lopes, Rodrigues Ernâni (1996), “A economia portuguesa na 2ª metade dos anos 90. Sequelas, em termos estratégicos, para as empresas do sector da construção civil e obras públicas”. Lisboa *AECOPS – Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas do Sul*, Conferências, FIL.

Manso, A. Costa (1993), “O futuro da indústria da construção a nível mundial”, *Estudos e Documentos*, Caixa Geral de Depósitos nº 7, pp 109 - 120.

MESS (1993), Inquérito à caracterização do emprego e da formação profissional. Construção e obras públicas, Lisboa.

MESS (1993), Inquérito à caracterização do emprego e formação profissional: Construção e Obras Públicas, Ministério da Qualificação e do Emprego, Departamento de Estatística, Lisboa.

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (1991), “Evolução recente dos sectores da construção e habitação”, Gabinete de Estudos e Planeamento, Centro de Informação e Documentação, do Instituto Superior de Economia e Gestão (CID/ISEG).

Moreno, Conceição, *et al.*, (1999) *Estudo sobre a construção civil e obras públicas – atracção e repulsão em termos de emprego*. Lisboa: Ceso I & D.

Nunes, Catarina (2001), *Construção: O Desafio da especialização*. Lisboa: GEPE - Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica do Ministério da Economia.

Pellegrini (1990), Collective bargaining in the construction industry: wages, hours and vocational training in Belgium, the Federal Republic of Germany, France, Italy, Spain and United Kingdom, Luxemburg, Office for Official Publications of the European Communities.

Perrot, Anne (1992), *Les nouvelles théories du marché du travail*. Paris: Editions La Découverte.

Pinto, J. Madureira (1996), “Contributos para uma análise dos acidentes de trabalho na construção civil”, *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 15, 16, pp. 121-131.

Pinto, Madureira; QUEIROZ, Maria Cidália (1996), “Qualificação profissional e desqualificação social na construção civil”, *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 157, pp. 41 - 85.

Pons, Jean-François (1983), “L’économie souterraine: Un secteur d’activités important et grandissant aux Etats-Unis”, *Problèmes Economiques*, 20 Juillet, nº 1833, pp. 28-30.

Pontes, J. A. Pereira (1993), “Caracterização social do sector da construção”, *ANEOP* – Associação Nacional de Empreiteiros de Obras Públicas.

Prochnik, Victor (1987), O macro-complexo da construção civil, Centro de Informação e Documentação, do Instituto Superior de Economia e Gestão (CID/ISEG). QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO (1994), Plano de desenvolvimento regional, Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Rodrigues, Maria João (1992), “O sistema de emprego em Portugal. Crises e mutações”. Lisboa: *Economia e Gestão*, Publicações Dom Quixote.

Sequeira, António Manzoni (2001), “Há lugar para a velha construção na nova economia?” Tendências 2001-2005, ANEOP, Lisboa

Teles, Paulo, Lima, Rosa (1992), “Construção civil e obras públicas: Análise sectorial”, Banco Português do Atlântico, Direcção de Estudos Económicos e Planeamento, Lisboa.

Trigo, J. Teixeira (1978), “Tecnologias de construção de habitação”, MHOP, LNEC, Lisboa.

United Nations (1987), Working Environment in the Construction Industry: National Policies and Legislations in ECE countries, Economic Commission for Europe, New York

Universidade Católica Portuguesa (1990), “Análise do sector da construção civil e obras públicas”. Lisboa: Centro de Estudos Aplicados, Núcleo de Estudos de Mercados Monetários e Financeiros.

Vaz, Faria Isabel (1997), As formas atípicas de emprego e a flexibilidade do mercado de trabalho, Ministério para a Qualificação e o Emprego, Série D - “Emprego, Formação e Reabilitação Profissional”, Colecção Estudos.

ANEXO 1

As principais **empresas de construção** portuguesas que actuam no mercado nacional são as seguintes (ordenadas pelo VAB 2000)⁶

1. Somague – Sociedade de Construções, S.A.
2. Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.
3. Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A.
4. Mota & Companhia, S.A.
5. ENGIL – Sociedade de construção civil
6. CME – Construção e Manutenção Electromecânica
7. Edifer Construções Pires, Coelho e Fernandes
8. ECOP – Construções e Obras Públicas Arnaldo de Oliveira
9. Construtora do Tâmega
10. BPC - Bento Pedroso Construções
11. Abrantina, S.A.
12. Ferrovia Agroman Construtora
13. Tecnovia – Sociedade de Empreitadas
14. Construtora do Lena
15. MSF – Moniz da Maia, Serra & Fortunato, Empreiteiros
16. Zagope – Obras Públicas terrestres e marítimas
17. Alves Ribeiro
18. Contacto – Sociedade de Construções
19. Monte & Monte
20. Conduril, Construtora Duriense
21. Sociedade de Empreitadas Adriano
22. Acoril – Empreiteiros
23. OPCA - Obras Públicas e Cimento Armado
24. NOVOPCA – Construtores Associados
25. Pavia – Pavimentos e Vias

⁶ Expresso, 20.10.01

Associações Empresariais

Associação Portuguesa de Projectistas e Consultores

Associação das Empresas da Construção e Obras Públicas (AECOPS)

Associação Nacional de Empreiteiros de Obras Públicas (ANEOP)

Associação Nacional dos Industriais de Produtos de Cimento (ANIPC)

Associação Técnica da Indústria de Cimento (ATIC)

Associação Nacional dos Industriais de Material Eléctrico e Electrónico

Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Metalomecânicas

Associações Profissionais e Laborais

Ordem dos Engenheiros

Associação de Arquitectos Portugueses

Associação Portuguesa de Engenheiros Técnicos

Sindicato dos Agentes Técnicos de Arquitectura e Engenharia

Sindicato dos Engenheiros da Região Sul

Sindicato Nacional dos Engenheiros Técnicos

Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado

Sindicato dos Empregados, Técnicos e Assalariados da Construção Civil, Obras Públicas e Afim (SETACOOOP)

Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármore, Madeiras e Materiais da Construção do Sul